

Índice

Prefácio, de Danielle Allen	i
Introdução, de Margaret Canovan	xii
<i>A Condição Humana</i>	
Prólogo	3
I. A Condição Humana	9
1. A <i>Vita Activa</i> e a Condição Humana	9
2. A Expressão <i>Vita Activa</i>	14
3. Eternidade <i>versus</i> Imortalidade	20
II. As Esferas Pública e Privada	25
4. O Homem: Animal Social ou Político	25
5. A <i>Polis</i> e a Família	31
6. A Ascensão do Social	41
7. A Esfera Pública: o Comum	54
8. A Esfera Privada: a Propriedade	63
9. O Social e o Privado	72
10. A Localização das Actividades Humanas	78
III. Labor	85
11. «O Labor do Nosso Corpo e o Trabalho das Nossas Mão»	86
12. O Carácter de «Objecto» do Mundo	100

13. Labor e Vida	103
14. Labor e Fertilidade	108
15. A Privacidade da Propriedade e da Riqueza	117
16. Os Instrumentos do Trabalho e a Divisão do Labor	126
17. Uma Sociedade de Consumidores	135
 IV. Trabalho	145
18. A Durabilidade do Mundo	145
19. Reificação	148
20. Os Instrumentos e o <i>Animal Laborans</i>	154
21. Os Instrumentos e o <i>Homo Faber</i>	163
22. O Mercado de Trocas	169
23. A Permanência do Mundo e a Obra de Arte	178
 V. Acção	187
24. A Revelação do Agente no Discurso e na Acção	188
25. A Teia de Relações e as Histórias Humanas	194
26. A Fragilidade dos Negócios Humanos	201
27. A Solução Grega	205
28. O Espaço da Aparência e o Poder	212
29. O <i>Homo Faber</i> e o Espaço da Aparência	221
30. O Movimento Operário	226
31. A Tradicional Substituição da Acção (<i>Acting</i>) pela Fabricação (<i>Making</i>)	234
32. A Acção como Processo	245
33. A Irreversibilidade e o Poder de Perdoar	251
34. A Imprevisibilidade e o Poder da Promessa	259
 VI. A <i>Vita Activa</i> e a Era Moderna	265
35. A Alienação do Mundo	265
36. A Descoberta do Ponto de Vista Arquimédico	275
37. Ciéncia Universal vs. Ciéncia Natural	286
38. O Advento da Dúvida Cartesiana	292
39. A Introspecção e a Perda do Senso Comum	299
40. A Actividade de Pensar e a Concepção Moderna do Mundo	304
41. A Inversão de Posições entre a Contemplação e a Acção	309
42. A Inversão na <i>Vita Activa</i> e a Vitória do <i>Homo Faber</i>	315

43. A Derrota do <i>Homo Faber</i> e o Princípio da Felicidade	326
44. A Vida como Bem Supremo	335
45. A Vitória do <i>Animal Laborans</i>	342
Agradecimentos	349

Prólogo

Em 1957, um objecto terrestre, feito pela mão do homem, foi lançado para o Universo, onde durante algumas semanas girou em redor da Terra segundo as mesmas leis de gravitação que governam o movimento dos corpos celestes — o Sol, a Lua e as estrelas. É verdade que o satélite artificial não era nem lua nem estrela; não era um corpo celeste que pudesse prosseguir na sua órbita circular por um período de tempo que para nós, mortais limitados ao tempo da Terra, durasse uma eternidade. Ainda assim, pôde permanecer nos céus durante algum tempo; e lá ficou, movendo-se no convívio com os astros como se estes o houvessem provisoriamente admitido na sua sublime companhia.

Este acontecimento, que, em importância, ultrapassa todos os outros, até mesmo a desintegração do átomo, teria sido saudado com a mais pura alegria não fossem as suas incómodas circunstâncias militares e políticas. O curioso, porém, é que essa alegria não foi triunfal; o que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguerem os olhos para os céus, podiam contemplar uma das suas obras não foi orgulho nem assombro perante a enormidade da força e da proficiência humanas. A reacção imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o primeiro «passo para libertar o homem da sua prisão na terra». E essa estranha declaração, longe de ter sido o lapso acidental de algum repórter norte-americano, reflectia, sem o saber, as extraordinárias palavras gravadas há mais de vinte anos na lápide funerária de um dos grandes cientistas da Rússia: «A humanidade não permanecerá para sempre presa à terra.»

Há já algum tempo que este tipo de sentimento se vem tornando comum; e mostra que, em toda a parte, os homens não tardam a adaptar-se às descobertas da ciência e aos feitos da técnica, e, pelo contrário, estão décadas à sua frente. Neste caso, como noutras, a ciência apenas realizou e afirmou aquilo que os homens tinham antecipado em sonhos — sonhos que não eram loucos nem ociosos. A novidade foi apenas que um dos jornais mais respeitáveis dos Estados Unidos levou finalmente à primeira página aquilo que, até então, estivera relegado para o reino da literatura de ficção científica, tão destituída de respeitabilidade (e à qual, infelizmente, ninguém deu até agora a atenção que merece como veículo dos sentimentos e desejos das massas). A banalidade da declaração não deve obscurecer o facto de ela ser de facto extraordinária, pois, embora os cristãos tenham chamado a esta terra «vale de lágrimas» e os filósofos tenham visto o próprio corpo do homem como a prisão da mente e da alma, ninguém na história da humanidade havia alguma vez concebido a terra como prisão para o corpo dos homens nem demonstrado tanto desejo de ir, literalmente, daqui à Lua. Devem a emancipação e a secularização da era moderna, que tiveram início com um afastamento, não necessariamente de Deus, mas de um deus que era o Pai dos homens no céu, terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma terra que era a Mãe de todos os seres vivos sob o firmamento?

A Terra é a própria quinta-essência da condição humana e, ao que sabemos, a sua natureza pode ser singular no Universo, a única capaz de oferecer aos seres humanos um *habitat* no qual eles conseguem mover-se e respirar sem esforço nem artifício. O artifício humano do mundo separa a existência do homem de todo o ambiente meramente animal; mas a vida, em si, permanece fora desse mundo artificial, e através da vida o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos. Recentemente, a ciência tem-se esforçado por tornar «artificial» a própria vida, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da natureza. O mesmo desejo de fugir da prisão terrena manifesta-se na tentativa de criar a vida numa proveta, no desejo de misturar, «sob o microscópio, o plasma seminal congelado de pessoas comprovadamente capazes a fim de produzir seres humanos superiores» e «alterar[-lhes] o tamanho, a forma e a

função»; e talvez o desejo de fugir à condição humana esteja presente na esperança de prolongar a duração da vida humana para além do limite dos cem anos.

Esse homem futuro, que segundo os cientistas será produzido em menos de um século, parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada — um dom gratuito vindo do nada (secularmente falando) —, que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. Não há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar essa troca, tal como não há motivo para duvidar da nossa actual capacidade de destruir toda a vida orgânica da Terra. A questão é apenas a de saber se desejamos usar nessa direcção o nosso novo conhecimento científico e técnico — e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza, e, portanto, não deve ser decidida por cientistas profissionais nem por políticos profissionais.

Embora tais possibilidades pertençam ainda a um futuro muito remoto, os primeiros efeitos colaterais dos grandes triunfos da ciência já se fizeram sentir sob a forma de uma crise dentro das próprias ciências naturais. O problema tem que ver com o facto de que as «verdades» da moderna visão científica do mundo, embora possam ser demonstradas em fórmulas matemáticas e comprovadas pela tecnologia, já não se prestam à expressão normal da fala e do raciocínio. Quem quer que procure falar conceptual e coerentemente dessas «verdades» emitirá frases que serão «talvez não tão desprovidas de significado como um “círculo triangular”, mas muito mais absurdas que “um leão alado”» (Erwin Schrödinger). Ainda não sabemos se esta situação é definitiva; mas pode vir a suceder que nós, criaturas humanas que nos pusemos a agir como habitantes do Universo, jamais cheguemos a compreender, isto é, a pensar e a falar sobre aquilo que, no entanto, somos capazes de fazer. Neste caso, seria como se o nosso cérebro, condição material e física do pensamento, não pudesse acompanhar o que fazemos, de modo que, de agora em diante, necessitariámos realmente de máquinas que pensassem e falassem por nós. Se realmente for comprovado esse divórcio definitivo entre o conhecimento (no sentido moderno de *know-how*) e o pensamento, então passaremos, sem dúvida, à condição de escravos

indefesos, não tanto das nossas máquinas como do nosso *know-how*, criaturas desprovidas de raciocínio, à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja.

Contudo, mesmo que deixemos de lado estas últimas e ainda incertas consequências, a situação criada pelas ciências tem grande significado político. Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político. Mas, a seguirmos o conselho, que ouvimos com tanta frequência, de ajustar as nossas atitudes culturais ao estado actual de realização científica, adoptaríamos sem dúvida um modo de vida no qual o discurso não teria sentido. Pois actualmente as ciências são forçadas a adoptar uma «linguagem» de símbolos matemáticos que, embora originalmente destinada a abreviar afirmações enunciadas, contém agora afirmações que de modo algum podem ser reconvertidas em palavras. O motivo pelo qual talvez seja prudente duvidar do julgamento político de cientistas enquanto cientistas não é, em primeiro lugar, a sua falta de «carácter» — o facto de não se terem recusado a criar armas atómicas — nem a sua ingenuidade — o facto de não terem compreendido que, uma vez criadas tais armas, eles seriam os últimos a ser consultados quanto ao seu emprego —, mas precisamente o facto de que habitam um mundo no qual as palavras perderam o seu poder. E tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido. Haverá talvez verdades que ficam além da linguagem e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem que, seja o que for, não é um ser político. Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos.

Mais próximo e talvez igualmente decisivo é outro acontecimento não menos ameaçador: o advento da automação, que dentro de algumas décadas provavelmente esvaziará as fábricas e libertará a humanidade do seu fardo mais antigo e mais natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade. Mais uma vez, trata-se de um aspecto fundamental da condição humana; mas a rebelião contra esse

aspecto, o desejo de libertação das «fadigas e penas» do trabalho, é tão antigo como a história de que se tem registo. Por si, a isenção do trabalho não é novidade: já foi um dos mais arraigados privilégios de uma minoria. Neste segundo caso, parece que o progresso científico e as conquistas da técnica serviram apenas para a realização de algo com que todas as eras anteriores sonharam e nenhuma pôde realizar.

Mas isto é assim apenas na aparência. A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efectiva de toda a sociedade numa sociedade operária. Assim, a realização do desejo, como sucede nos contos de fadas, acontece num momento em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece essas actividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. Dentro desta sociedade, que é igualitária porque é próprio do trabalho nivelar os homens, já não existem classes nem uma aristocracia de natureza política ou espiritual da qual pudesse ressurgir a restauração das outras capacidades do homem. Até mesmo presidentes, reis e primeiros-ministros concebem os seus cargos como tarefas necessárias à vida da sociedade; e, entre os intelectuais, somente alguns indivíduos isolados consideram ainda o que fazem em termos de trabalho, e não como meio de ganhar o próprio sustento. O que se nos depara, portanto, é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única actividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior.

Este livro não oferece resposta a estas preocupações e perplexidades. As respostas são dadas diariamente no âmbito da política prática, sujeitas ao acordo de muitos; jamais poderiam basear-se em considerações teóricas ou na opinião de uma só pessoa, como se se tratasse de problemas para os quais só existe uma solução possível. O que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana à luz das nossas mais novas experiências e dos nossos temores mais recentes. É óbvio que isto requer reflexão; e a irreflexão — a imprudência temerária ou a irremediável confusão ou a repetição complacente de «verdades» que se tornaram triviais e vazias — parece ser uma das principais características do nosso